

DA DEMOCRACIA RACIAL AO QUILOMBISMO

Jefferson Roberto Nascimento Acevedo¹

Lucas Vieira de Amorim²

Resumo

O presente estudo pretende observar que desde o processo de colonização o europeu não trouxe consigo apenas um modo de produção econômico mas, com ele, adveio uma hierarquização social, segundo Ramón Grosfoguel. Com a criação do estado brasileiro, tais características apenas aprimoraram-se e perpetuaram-se na nação.

Se levarmos em conta que no Brasil existe uma suposta democracia racial, uma falsa harmonia entre os grupos, fechamos os olhos para o racismo institucionalizado, ao mesmo tempo sutil e mascarado, tendo sua existência percebida apenas por quem o sofre. A partir do dito, é necessária uma conscientização da população sobre as questões étnico-raciais, viabilizando uma união dos dissidentes, nas palavras de Abdias Nascimento: um quilombismo panafricano. Assim nos propomos a discutir o histórico da problemática racial, passando pelas debilidades organizativas dos segmentos negros em uma sociedade cordialmente hostil.

Palavra-chave: Decolonialidade; negro; resistência.

Introdução

Se imaginarmos uma sociedade relativamente homogênea etnicamente fica mais fácil isolar os conflitos para uma análise não superficial da diferenciação sócio econômica, todavia na realidade brasileira não temos a opção de procurar tipos ideias deslocados das questões racial. A análise de modelos científicos, sociais, econômicos ou mesmo judiciais devem estar ligados a um recorte de cor, é ponto chave para entendimento das disparidades sociais e demandas que irão se transformar em pautas organizadas nos movimentos sociais, a dívida histórica da escravidão desse país.

No contexto contemporâneo se discute de várias formas a judicialização dos movimentos sociais, a criminalização da pobreza e a extirpação de qualquer pensamento

¹ - Mestrando em História pela UFG. Orientadora Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes. Bolsista pelo CNPq. <http://lattes.cnpq.br/5301099682525926>

² - Graduando em História pela PUC-GO. <http://lattes.cnpq.br/9170798995533481>

emancipador, surge a questão de quem é a maioria o sistema carcerário, na periferias e que historicamente sempre lutou por liberdade e justiça? Não vamos aqui construir a ideia, como muitos o fazem de maneira pueril ou mesmo idílica, que o movimento negro seria a germe de toda a emancipação humana, como todo movimento/ação é feita por pessoas, os mesmo são suscetíveis a cooptação, erros e acertos e o mais importante estão limitados pela história de seu tempo³.

Para compreender como vivemos em uma sociedade de maioria numérica negra, por outro lado minoria social de representação nos espaços de poder, econômicos, intelectuais dentre outros é necessário recorrer ao histórico que nos segrega. Como afirma Abdias Nascimento(ano): no Brasil se vive um *apartheid* parecido com a África do Sul, onde se tem uma minoria branca que oprime uma maioria negra, diferente dos EUA, em que sem uma maioria branca oprime uma minoria negra. Para entender o contexto social de legitimação desse modelo que se perpetua passaremos pela formação do pensamento social brasileiro, que irão construir teses para compreensão do modelo de nação que foi concebido, como: Faoro, Holanda, DaMatta, Freyre, Fernandes, Schwarcz, Souza dentre outros. E por fim os autores que empoderam o discursos do movimento negro moderno e como referência o panafricanismo do Quilombismo de Abdias Nascimento.

O pensamento colonizador e a colonização

A partir do encontro com as terras recém descobertas, foi necessário o seu reconhecimento, descobrindo assim, povos e uma cultura diferente. Walter D. Mignole descreve que a partir desse reconhecimento a América foi inventada, mapeada, apropriada e explorada, segundo os interesses do colonizador. A partir das suas necessidades, o europeu entra em contato com os negros “arranca-os de seus deuses, de suas terras, de seus hábitos, isto é, de suas vidas”. (MOREIRA, 2016, p. 24) inserindo-os em numa nova cultura contra a sua vontade em nome de uma missão civilizatória.

A partir desse contato com o outro, o europeu formula uma classificação social, na qual foram produzidas por meios pseudocientíficos europeus na segunda metade do século XVIII, que tinham por base uma divisão geográfica e/ou a variação da cor da pele (SEYFERTH, 2002, p.119), isso significou, uma nova maneira de legitimar as já

³ Ver, Karl Marx- a limitação dos indivíduos está relacionada a limites históricos ao qual está inserido socialmente, ou seja, ninguém e a frente do seu tempo como nos tentam fazer acreditar. MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade, entre dominantes e dominados. (QUIJANO, 2005).

Na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades que foram associadas às hierarquias, ocupavam lugares e papéis sociais correspondentes a classe na qual ele faz parte. (QUIJANO, 2005, p. 117)

A partir dessa hierarquização de raça, em que o negro ocupava a posição mais baixa, o europeu optou por vários processos administrativos para legitimar a sua dominação perante o outro, iniciando esse processo através do tráfico de pessoas.

Esse tráfico de sequestrar e roubar homens foi iniciado pelos portugueses no litoral da África, e como o acharam benéfico para os seus próprios propósitos malvados, eles logo se empenharam em cometer maiores depredações. Os espanhóis seguiram o seu exemplo infame, e o tráfico negreiro parecia-lhes bastante vantajoso, para proporcionar comodidade e afluência através da sujeição cruel e escravidão dos outros. Os franceses e ingleses, e algumas outras nações da Europa, enquanto fundava assentamentos e colônias nas Índias Ocidentais ou na América, prosseguiram da mesma maneira, e se juntaram “mano a mano” com os portugueses e espanhóis para roubar e pilhar a África, assim como para destruir e desolar os habitantes do continente ocidental. (CUGOANO,1787, *apud* MIGNOLO, 2017, p.5).

Com o tráfico de escravos, o corpo negro passa por um processo de inferiorização. Na perda de sua terra e sua autonomia, o recém-chegado é obrigado adotar uma língua diferente daquela da coletividade em que nasceu, representando a imposição de uma cultura, e o peso do que chamaram de civilização. (MOREIRA, 2016, p.24)

Esse processo de “civilização” foi responsável por colonizar o corpo negro, transformando esse corpo em coisa. Frantz Fanon, apresenta a interpretação do conceito de objetificação, alegando que na situação colonial o racismo visa “anestesiá-los os sentidos e [...] transformar o corpo do colonizado em coisa, cuja rigidez lembra a do cadáver” (MBEMBE *apud* STREVA, 2011, p.6).

Mas Richard Schmitt, alerta que transformar o corpo em coisa, é impossível, tendo em mente que o corpo só se torna coisa ao morrer. Por conta disso, segundo Schmitt, o objetivo é tratar o negro como se ele fosse coisa, e o sucesso dessa colonização de seus corpos, está em força-los a aceitar essa relação de dominação, pelo menos em relação ao opressor. (SCHMITT *apud* STREVA, 1996, p. 35-39 e 41).

Nesse processo, temos a construção de um corpo negro que é baseado no período colonial. “Frantz Fanon com o seu livro pele negra máscaras brancas, mostrou com precisão as marcas deixadas pelo aparato de poder do discurso colonial que foi capaz de criar “povos sujeitos”. (PELÚCIO, 2012, p. 399)

Esse processo de criação dos “povos sujeitos”, silenciou os negros, e a presença do outro impediu que eles sejam aquilo que eles realmente são, já que estão sujeitos a imposição de uma cultura dominante. Silenciados perante essa cultura, fazendo com que eles não sejam ouvidos, já que segundo Spivak, “voz eles sempre tiveram, só não são ouvidos”.

Nesse modo de silenciamento no qual o negro está inserido, o problema do racismo não é um destaque em nossa cultura, pois a cultura dominante sendo responsável pela sua inferiorização, cuidou de esconder os problemas no qual o negro está inserido, inventando a suposta “democracia racial”.

Através do surgimento do mito da independência descrita por Grosfoguel, que diz que por conta dessa independência, os países que surgiram deixariam de estarem submissos as potências europeias, quando na verdade esses países continua de alguma maneira sendo submissos aos euro-americanos.

Por conta da independência, saímos da colonização jurídica-política para entrarmos na colonialidade global segundo Grosfoguel. Essa colonialidade descrita pelo autor, é para se referir às “situações colônias” da atualidade que estão presentes na sociedade brasileira, como o preconceito racial ao negro e a sua cultura.

No livro Contos para crianças, publicado no Brasil em 1912 e na Inglaterra em 1937, contém uma série de história cujo o tema muitas das vezes é o mesmo, como uma pessoa negra pode tornar-se branca, como por exemplo a história da “princesa negrinha” que tem como moral da história que apenas quem tem a cor de pele branca irá conquistar a “real felicidade”. “A cor branca é vista no conto como uma benção, um símbolo operante e significativo até os dias de hoje. Desde que o Brasil é Brasil, o símbolo da cor nos distingue.”.(SCHWARCZ, 2012, p.11)

Por conta da herança do período colonial, é possível se depara com várias formas de colonialidade presente na atualidade. Uma dessas heranças do período colonial é a colonização de seus corpos que continua presente até os dias de hoje, o autor descreve no livro a elite do atraso o objetivo dessa colonização.

Precisa escravizar o oprimido no seu espírito e não apenas no seu corpo. Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro

passo para controlar o seu corpo, nada adianta americanos e europeus se proclamarem como superiores se africanos, asiáticos e latino americanos não se convencerem disso. (SOUSA, 2017, p 19).

O autor apresenta a importância da escravidão do espírito oprimido, para que a partir de então ele passa a ser aquilo que o dominador deseja que ele seja. Ao analisar a obra de Leonardo Boff, intitulada de a águia e a galinha, é possível compreender o êxito do camponês que foi fazer com que a águia se comportasse como uma galinha, aprisionado o seu espírito em seu próprio corpo e sendo aquilo que o camponês desejava que fosse. Da mesma forma é o negro perante o branco, que passou a se vê da maneira como o outro o via, pois foi imposto ao negro uma colonização de seus corpos. Sem cometer o ato falho da generalização, podemos perceber que a introdução do pensamento majorado torna-se quase regra na população em situação de opressão.

No Brasil, ninguém nega a existência do racismo, porém sua prática é sempre atribuída a “outro”, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar, tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso, apenas quem sofre sabe da sua existência (SCHWARCZ 2012. p.25).

Fanon descreve que “o racismo cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p.90). O negro nesse processo de inferiorização está sujeito mesmo sem perceber, a uma submissão, a cultura que no período colonial se designava como superior, essa submissão cria povos imitadores, que tentam encaixar-se nos padrões que são impostos sobre o negro tornando-os “quase igual, mas não exatamente”(CLAVO,2013, p.265). uma busca utópica para adaptação em padrões impostos social e culturalmente. “[...]na busca pela inserção da cultura o subalterno torna-se imitador, produzindo e reproduzindo imagem de si mesmo baseando-se nos valores culturais e sociais da cultura dominante.”(NEVES; ALMEIDA, 2012, p.128)

O negro tem uma cultura própria, que faz com que ele seja reconhecido seja aonde for. “Vê o outro é permitir imaginar como o outro nos vê”. (BERNARDINO, 2016, p.506). Porém por conta da inferiorização do negro, e da herança do período colonial, há uma generalização do corpo negro, no qual o assemelham a algo ruim.

“Olhe, um preto!” Era um stimulus externo, me cutucando quando eu passava. Eu esboçava um sorriso.

“Olhe, um preto!” É verdade, eu me divertia. “Olhe, um preto!” O círculo fechava-se pouco a pouco. Eu me divertia abertamente.

“Mamãe, olhe o preto, estou com medo!” Medo! Medo! E começavam a me temer. No trem, ao invés de um, deixavam-me dois, três lugares.
* Eu já não me divertia mais... (FANON, 2008,p.105.)

Por conta da herança do período colonial, os negros jamais serão um povo altivo e autoconfiante enquanto permanecemos vítimas indefesas desse processo absurdo (SOUSA, 2017, p.13). Esse processo no qual o negro se encontra, faz com que ele perca a sua identidade, e a sua cultura.

É necessário a partir de então se libertar desse modelo de colonização de seu corpo, denominado por Quijano de colonialidade do ser. Porém para se libertar desse processo que o aprisiona, é importante abandonar a máscara branca, segundo Fanon, para que seja possível assumir a cultura na qual o negro faz parte.

O Brasil e a questão racial

Entendemos que durante o processo de colonização/invasão do território hoje conhecido como América e da mesma forma podemos estender para a África, com suas peculiaridades, ocorreu a reificação do negro, ou seja, a transformação em coisa do outro indivíduo. Na perspectiva de Enrique Dussel a Europa se forma na existência do outro, a exploração, degradação que irá gerar o outro antagônico do europa moderna que se autodenomina evoluída, intelectualizada, desenvolvida e livre, sobretudo. Assim sendo esse será o pensamento norteador do processo que ocorrerá na América, mais propriamente na América lusa, objeto do presente estudo.

Para compreensão da análise do pensamento social brasileiro iremos entrar na seara do patrimonialismo, um conceito muito debatido e disseminado socialmente a ponto de se popularizar. Como ligação direta do nosso modo de ser enquanto brasileiro ligado às formações das instituições do estado que nos permeiam desde a fundação da nação. O processo histórico tem ligação direção com a formação dos indivíduos.

Para uma compreensão geral do patrimonialismo⁴ brasileiro devemos passar pelo pensamento de Raymundo Faoro que busca a construção do patrimonialismo dentro das instituições portuguesas a partir de uma reconstrução histórica e cunha conceitos de estamento burocrático na sociedade brasileira e capitalismo orientado pelo estado, para o Faoro o país passa por um processo parecido com o de Portugal de aproximação do *Elrey*, e instrumentalização do estado para interesses privados, como uma apropriação do público para o privado, “os interesses pessoais da autoridade não distinguem a dimensão administrativa da íntima, não havendo separação entre a seara do indivíduo em relação ao mister público que ocupava” (NETO, , p. 209). Para Faoro, o capitalismo que se desenvolve no Brasil é tão depende do estado patrimonial que se o estado for retirado, não sobra nada (CAMPANTE, 2002), a problemática dessa forma de pensamento será abordada mais à frente.

Já para Sérgio Buarque de Holanda o patrimonialismo será caracterizado na figura do homem cordial, no trato com a família e o estado, em que as relações emotivas do lar irão ocupar os mandos e desmandos em relação ao público, nos conchavos e acordos que saem do âmbito privado e ocupam o público, passando por uma

⁴ O patrimonialismo é um conceito cunhado por Max Weber, voltado propriamente para análise das monarquias, em que o patrimônio do rei e do reinado não se estabelece propriamente uma linha de divisão, permitindo de maneira geral que o monarca utilize o tesouro da coroa a seu bel prazer. Segundo uma avaliação liberal o patrimonialismo será prejudicial para o desenvolvimento da burocracia e eficiência dos estados modernos. Ver WEBER, Max. **Economia e sociedade**.

cordialidade que será imposta. Segundo Holanda, “no Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses e objetivos fundados nesse interesse”(1986, p. 146). A cordialidade faz parecer sinônimo de urbanidade, apreço, hospitalidade e essas características devem ser louvadas e gabadas diante dos estrangeiros. Porém, o autor continua e faz um alerta: “Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade.”(p. 147,1986). Podemos dizer que a cordialidade é uma maneira de impor suas vontades sem no primeiro momento utilizar da força, ou propriamente da autoridade, tema muito bem desenvolvido por Roberto DaMatta, seria uma cordialidade hostilizada, ou seja, os laços pessoais devem perpetuar relações com o estado da mesma forma primitiva da organização da família.

Roberto DaMatta vai fazer uma avaliação histórica do desenvolvimento brasileiro como um sistema semi tradicional, segundo o autor esse fato “revela que os sistemas globais, de caráter universal, são permeados pelos sistemas de relações pessoais, fato que também tem sido verificado em outras sociedades”, no caso das Latinas américas e ibéricas. “Neles, as relações pessoais se mostram muito mais como fatores estruturais do sistema do que como sobrevivências do passado que o jogo do poder e das forças econômicas logo irá marginalizar”(Damatta, 1997 p.58). Isto é, para o referido autor a justificativa da perpetuação das relações pessoais se dão pelo processo de estruturação social pelo qual passamos e assim segue como coluna de sustentação do *ethos* social brasileiro. Para o antropólogo o brasileiro faz uma separação entre indivíduo e pessoa:

[...]o dilema brasileiro residia numa trágica oscilação entre um esqueleto nacional feito de leis universais cujo sujeito era o indivíduo e situações onde cada qual se salvava e se despachava como podia, utilizando para isso o seu sistema de relações pessoais. Haveria assim, nessa colocação, um verdadeiro combate entre leis que devem valer para todos e relações que evidentemente só podem funcionar para quem as tem. O resultado é um sistema social dividido e até mesmo equilibrado entre duas unidades sociais básicas: o indivíduo (o sujeito das leis universais que moderniza a sociedade) e a pessoa (o sujeito das relações sociais, que conduz ao pólo tradicional do sistema).(DAMATTA, 1986, p. 64)

O mesmo sujeito tende a conviver com as duas esferas e/ou confundi-las conforme seus interesses e objetivos, sempre que indivíduos das leis for necessário as relações da pessoa será invocado para burlar a regra geral, para sustentação dessa tese DaMatta utiliza vários exemplos como conflitos no trânsito, ou mesmo a burocracia⁵ do estado em que a lei geral deveria ser seguida, desta forma ocorre a tentativa de fuga por meio do discurso de autoridade do “você sabe com quem está falando?”⁶

Outro autor fulcral para a compreensão da forma de pensar do brasileiro é Gilberto Freyre, que faz uma abordagem a partir do patriarcado. Segundo o referido autor, as relações *in terrae brasilis* se dão diante da orientação do patriarca, sendo este a figura principal de organização social. Assim sendo, cria um ambiente de trocas quase fluida e constante entre a casa grande e a senzala, os indígenas e seus colonizadores, para explicar a assimilação cultural que vai ocorrer na formação nacional.

Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro. Lars Ringbom vê grandes possibilidades de desenvolvimento de cultura no mestiço: mas atingido o ponto em que uma metade de sua personalidade não procure suprimir a outra. O Brasil pode-se dizer que já atingiu esse ponto: o fato de já dizermos "me diga", e não apenas "diga-me", é dos mais significativos. Como é o de empregarmos palavras africanas com a naturalidade com que empregamos as portuguesas. (FREYRE, 2003, p. 418)

E continua o autor dando mais exemplos dessa troca a partir das amas de leites, dos filhos de escravos que conviviam na cozinha da casa grande, a maior problemática é como se constrói uma forma harmoniosa da relação escravo e senhor. Todavia deve-se observar que muitos autores irão utilizar a análise, a começar do patriarcado inclusive como forma de entender o patrimonialismo e as relação da família para o controle externo ao lar, que reproduzir-se-à no Estado.

Depois que os estudos de Freyre tiveram repercussão mundial, começa-se a crer que no Brasil existe uma dita “democracia racial”, isto seria a crença que superamos as

⁵ Burocracia aqui é utilizado não perspectiva weberiana de eficiência do estado ou mesmo de organização dos estados modernos. O termo é vulgarmente usado para descrever o empecilho da ação estatal e o interesse privado do indivíduo, ou mesmo a burocratização que tende a emperrar o andamento de determinadas demandas do cidadão.

⁶ DAMATTA, Roberto Augusto; BRASIL, Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

dicotomias raciais, e as problemáticas que o racismo poderia impor em uma sociedade com histórico de mais de 300 anos de trabalho compulsório baseado no critério da raça. De fato constrói-se um mito, uma vez que será desvelada a situação degradante que a população negra vivia, com estudos do sociólogo Florestan Fernandes.

Fernandes constrói a partir de pesquisas empíricas, entender a situação da população negra e como a ideologia pelo discurso da igualdade formal, não material, ocultava e o mesmo tempo legitimava o racismo à brasileira.

Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição.[...] a chamada “democracia racial” não tem nenhuma consistência e, vista do ângulo do comportamento coletivo das “populações de cor”, constitui um mito cruel.(FERNANDES, , p. 47)

É importante notar como o trabalho do sociólogo é no caminho de desmontar os argumentos da convivência harmônica entre as raças, o autor chega a afirmar que falta solidariedade do branco em relação a situação deplorável que o negro se encontra, e que a ascensão social de alguns negros garante a legitimidade do discurso de igualdade, o sistema brasileiro é definido pelo autor como de “classes e de castas, com hegemonia total do branco sobre o primeiro.”

Uma autora que coaduna com os conceitos de Fernandes é Lilia Schwarcz, na obra “Nem preto nem branco, muito pelo contrário”, garante aqui o conceito de raça que será admitido no presente artigo, raça como construção social.

Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas.(SCHWARCZ, 2009, p. 34)

Assim também Schwarcz faz uma avaliação bastante pertinente sobre a assimilação cultural do negro, no transcurso da história, apresentando que muitas coisas que antes eram tratadas como negativas agora são ditos “ícones nacionais”. O maior exemplo é o da feijoada, que segundo a autora, representa a concatenação entre o negro e o branco, alimento que era comida de escravo e agora é exportado como símbolo da culinária nacional.

A partir dessa construção teórica que vai perpassar os debates sobre questão racial no século XX e início do XXI, surge uma obra inovadora do ponto de vista de leitura da realidade brasileira. Jessé de Souza, na “Elite do atraso: da escravidão a lava jato”, desconstrói a tese do patrimonialismo chegando a afirmar que se trata de um espantalho. Uma conceituação construída para encobrir o verdadeiro problema de formação e deformação das elites brasileiras, que é a escravidão.

O presente não se explica sem o passado, e apenas a explicação que reconstrói a gênese efetiva da realidade vivida pode, de fato, ter poder de convencimento. Essa é, inclusive, a razão da força de convencimento do culturalismo conservador entre nós. Ele supostamente explica tudo sem lacunas. Mas, antes de tudo, vamos explicitar, brevemente que seja, como a semente escravista foi silenciada e substituída por uma interpretação falsa cientificamente e conservadora politicamente. Foi isso que a fez servir tão bem de pressuposto implícito para todo o ataque midiático de hoje em dia.(SOUZA, 2017, p.16)

Ou seja, para o supracitado autor o que explica melhor a formação da nossa sociedade e o modo do brasileiro agir no presente é a “semente escravista”, fator que é ocultado pelo discurso patrimonialista. Da mesma forma ele entende que o patrimonialismo é um espaço para ataque permanente ao estado, principalmente quando esse estado se move em pró de ações de cunho assistencial. A elite tem nojo e ódio ao povo, que Souza chama de ralé, assim qualquer política que vise beneficiar ou diminuir a desigualdade é tratada como gasto supérfluo, do mesmo modo os governos eleitos pela classe popular são chamados de populista, uma maneira de desqualificação do voto dos mais humildes.

Essa visão sobre a leitura brasileira nós traz uma contribuição ímpar, um vez, que a escravidão é o calcanhar de Aquiles da política e dos problemas sociais. “...a solução brasileira seria negar a existência do problema, negar, e sempre negar, que o Brasil existisse qualquer tipo de questão ou problema de preconceito e discriminação racial.”(NASCIMENTO, 2002, p. 31) Abdias Nascimento aponta para uma situação mais drástica do problema, se Jessé de Souza acusa a criação de pressupostos ideológicos com face de ciência, para encobrir o racismo, Nascimento afirma que o governo nega a problemática, tentando fugir do conflito direto que foi estabelecido nos EUA.

Uma possível tomada do poder pelos negros foi sempre um pesadelo perturbando o sono tranquilo das classes dominantes e governantes do país, durante todo o decorrer de nossa história. Por isso tornou-se um aspecto básico na concepção de uma técnica e de

uma estratégia para o esmagamento e desaparecimento completo do negro do mapa demográfico.(NASCIMENTO, 2002, p. 30)

A negação tem cunho político, uma vez que pelo outro lado ocorre a política de miscigenação, assimilação e falta de sensibilidade para com a situação do outro, fatores já explicitados acima. A perspectiva é que pelo esquecimento simplesmente o problema suma, ou não crie espaço para discussão e conseqüentemente a organização da população negra.

O entendimento da história nacional e da situação da população leva-nos ao Quilombismo, conceituação de resistência dos negros do século XX, ligados ao Pan-Africanismo. Como preceptor dessa revolução cultural e de postura, Abdias Nascimento, propõe não somente uma mudança na forma de agir, mas também o conhecimento cultural, linguístico e religioso africano. A relação de autoconhecimento e referência deve estar ligado a ações práticas de tomada de espaço social, inclusive com propostas de cotas de gênero e racial nos espaços legislativos.

Movimentos intelectuais quanto de ação direta são de fundamental importância para a superação do mito da “democracia racial”. Tendo em vista que Nascimento, foi Deputado Federal e Senador, participou da criação de comissão de questões raciais e levantou debates que só vieram a se efetivar posteriormente, como as cotas.

conclusão

Em virtude dos fatos mencionados no período colonial brasileiro, podemos concluir que foram feitas várias escolhas para que o colonizador efetivasse a sua dominação perante o outro. Por conta da sua necessidade econômica, o negro foi inserido nesse processo de colonização a força, perdendo assim a sua terra, cultura e seus deuses, perdendo segundo Abdias do Nascimento a sua autonomia que foi rompido por conta da invasão do imperialismo europeu, sendo a partir de então obrigados a se encaixar em uma nova cultura que era imposta a eles.

Sabendo que a cultura brasileira é uma herança do período colonial, onde o branco ocupava o topo da hierarquia social criada por ele mesmo, atualmente sua cultura continua sendo um alvo de desejo, mesmo que inconscientemente, por muitos, causando assim a perda da cultura do dominado. O colonizador se auto denominou como evoluído, um homem cordial descrito por Sérgio Buarque de Holanda, mas que é um meio para impor a sua vontade sem utilizar a força no primeiro momento, ou seja, uma cordialidade hostilizada.

O Brasil ficou conhecido através dos estudos de Freyre, como um país que todas as raças vivem em harmonia, a suposta “democracia racial”, dando a entender que superamos os problemas deixado como herança do período escravocrata, quando a realidade não é essa. A cultura brasileira carrega como herança esse processo de inferiorização do corpo negro e sua cultura, institucionalizando um racismo silencioso no qual a sua prática é sempre atribuída ao outro, se tornando assim um crime perfeito, onde apenas a vítima sabe da sua existência, já que assim como o negro os seus problemas também são marginalizados na sociedade brasileira.

A importância da mobilização e organização da população negra para garantir melhorias é pensada teoricamente e na prática pelos movimentos negros, no Brasil e no mundo. Aqui demonstramos apenas uma vertente, o Quilombismo, que parte de uma visão pan-africanista. Destarte, podemos aqui acrescentar a importância das discussões identitárias, uma vez que não são a solução de todas as demandas, mas trazem a tona debates de cunho imediato e de superação de desigualdades de forma factível. A luz dessa forma de análise, e orientados pelo quilombismo, o senado brasileiro cria comissão para debater racismo, quando elegemos senadores negros. Da mesma maneira o racismo torna-se crime em 1989, mas com primeira condenação em 1993, pela primeira mulher negra a se tornar juíza no país, Luislinda Valois Santos, atualmente desembargadora.

Referências:

ASSIS, Wendell. **Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo.** Caderno CRH UFBA -Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.

BOLSANELLO, Maria. **Darwinismo Social, eugenia e racismo “científico”:** Sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. 12. ed. revista- Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p.153-165.

CLAVO, María. **Racificar a história e outros temores...** 1. ed. revista- Lugar Comum Nº 37-38, p. 253-267, 2013.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão.** Trad. Georges I. Maissiat.- São Paulo: Paulus, 1995.

DAMATTA, Roberto Augusto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMATTA, Roberto Augusto; BRASIL, Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

FERNANDES, Fernando. **O negro no mundo dos brancos.** 2. ed. revista- São Paulo : Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48º ed. São Paulo: Global, 2003.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas.** EDUFBA- Editora Da Universidade Federal Da Bahia. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo.** 2º ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR editor Produtor Editor, 2002.

NEVES, Cleiton; ALMEIDA, Amélia. **A identidade do “outro” colonizado à luz das reflexões dos estudos Pós-Colonial.** Publicação do programa de pós-graduação em História da Universidade de Brasília. Nº. 20, p. 123- 135. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário.** São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil.** Revista USP, n.53, p. 117-149, 2002.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato.** - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Terezinha. **Colonialidade: Base que faz o racismo brasileiro imutável.** 1 ed. Revista- Antropol, p.1-12, 2004.

STREVA, Juliana. **Colonialidade do ser e corporalidade: O Racismo brasileiro por uma lente descolonial.** Revista- Antropolítica, n. 40, p.20-53, 2016.